



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA n.º 001/2024
(Processo Administrativo n.º 23381.000339.2024-50)

Estudo Técnico Preliminar 2/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.000339.2024-50

2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de solução, mensurando os riscos, determinando as estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

2.2. O estudo, aqui apresentado, recai sobre a realização de licitação centralizada, com o intuito de proceder com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de certificação digital, segundo as normas da ICP-Brasil, compreendendo a emissão e ou renovação de certificados digitais com e sem o fornecimento da mídia de armazenamento (Token), para fins de atendimento às necessidades institucionais, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.3. A adoção de certificação digital no âmbito do IFPB se faz necessária para fortalecer a segurança das transações eletrônicas, garantindo a autenticidade, integridade e confidencialidade dos documentos digitais.

2.4. Na prática, o certificado digital funciona como uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura de uma mensagem ou transação em uma rede de computadores. O processo de certificação digital utiliza procedimentos lógicos e matemáticos para assegurar confidencialidade, integridade das informações e confirmação de autoria.

2.5. Todas as transações eletrônicas assinadas digitalmente têm validade jurídica garantida pela Medida Provisória n.º 2.200/02 que institui a ICP-Brasil para a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras. A ICP-Brasil, enquanto autoridade certificadora nacional, estabelece padrões e normas que asseguram a validade jurídica dos documentos eletrônicos, conferindo-lhes a mesma eficácia dos documentos físicos.

2.6. A utilização da certificação digital busca garantir a segurança necessária para a virtualização de procedimentos, como a assinatura de documentos, além de simplificar os procedimentos, reduzir a burocracia, possibilitar a diminuição dos custos dos fornecedores em vender para o governo e conferir mais segurança em todas as transações de comércio eletrônico.

2.7. Dos benefícios esperados com a presente contratação, destacamos a seguir:

Segurança: A certificação digital proporciona um alto nível de segurança nas transações eletrônicas, garantindo a autenticidade das partes envolvidas.

Agilidade: A assinatura digital agiliza processos, reduzindo o tempo necessário para a formalização de documentos e contratos.

Economia: A eliminação do uso de papel e deslocamentos físicos resulta em economia de recursos financeiros e ambientais.

Conformidade legal: A utilização de certificados digitais está em conformidade com a legislação vigente, proporcionando respaldo legal às transações eletrônicas.

2.8. Quanto às principais implicações com a não disponibilidade dos serviços podemos destacar:

Risco de Fraudes: A ausência de certificação digital aumenta o risco de fraudes em transações eletrônicas, comprometendo a integridade e autenticidade dos documentos;

Desalinhamento com Normativas: A não adoção dos padrões da ICP-Brasil pode resultar em desalinhamento com normativas governamentais e comprometer a validade legal de documentos eletrônicos; e

Ineficiência Operacional: A falta de certificação digital pode levar a processos mais lentos e burocráticos, impactando a eficiência operacional do IFPB.

2.9. Logo, considerando que o uso de certificados digitais no âmbito da instituição é imprescindível para a elaboração e assinatura de documentos digitais, além de necessários à operacionalização de transações no âmbito dos sistemas de Governo, e que estes possuem prazo de validade definido pelos tipos de certificados emitidos, uma nova contratação dos serviços de emissão de certificados digitais deve ser providenciada, a fim de garantir o atendimento às necessidades institucionais.

2.10. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 8º, Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	JOSE ALBINO NUNES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A demanda apresentada consiste em adquirir certificados digitais, emitidos por empresas certificadoras, de modo contínuo, dado que há na instituição uma demanda recorrente da solução de certificação digital e cuja interrupção comprometeria a prestação das atividades operacionais e administrativas da instituição. O serviço é composto de diferentes objetos, enumerados a seguir, que possuem os seguintes requisitos técnicos:

ITEM	CATSER	SERVIÇO	DETALHAMENTO
1	27219	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF SEM dispositivo de armazenamento do certificado digital (Token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	<p>a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;</p> <p>b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);</p> <p>c. Nível: A3;</p> <p>d. Tipo: e-CPF.</p> <p>e. Validade: 3 anos a partir da emissão;</p> <p>f. Fornecimento sem mídia, para uso com mídias existentes no órgão demandante do serviço;</p> <p>g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital, desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;</p> <p>h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.</p> <p>i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;</p> <p>j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, Sisugestão, etc.).</p>
			<p>a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;</p> <p>b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);</p> <p>c. Nível: A3;</p> <p>d. Tipo: e-CPF.</p> <p>e. Validade: 3 anos a partir da emissão;</p> <p>f. Fornecimento com mídia (token) que possua as seguintes características mínimas:</p> <p>f.1. Totalmente compatível com o certificado digital a</p>

2	27189	<p>Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF COM dispositivo de armazenamento do certificado digital (Token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.</p>	<p>ser fornecido;</p> <p>f.2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICPBrasil e homologado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro;</p> <p>f.3. Possuir carcaça resistente ao derramamento de líquidos e à violação, bem como conexão do tipo USB (Universal Serial Bus), versão 2.0 ou superior;</p> <p>f.4. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para sua leitura;</p> <p>f.5. Suportar os principais navegadores no mercado, entre os quais Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões mais recentes;</p> <p>f.6. Ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;</p> <p>f.7. Ser compatível e possuir documentação técnica, drivers, manuais de uso e de instalação dos certificados digitais nos sistemas operacionais Windows e Linux, em suas recentes versões;</p> <p>f.8. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo;</p> <p>f.9. Permitir geração de chaves protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;</p> <p>f.10. Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de um PUK (Pin Unlock Key);</p> <p>f.11. Possuir software de gerenciamento do dispositivo no idioma Português do Brasil, que permita o gerenciamento das funcionalidades do dispositivo, a visualização de certificados armazenados, entre outros.</p> <p>g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital e de fabricação do dispositivo criptográfico (tokens), desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;</p> <p>h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.</p> <p>i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;</p> <p>j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).</p>
			<p>a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;</p> <p>b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);</p> <p>c. Nível: A3;</p> <p>d. Tipo: e-CNPJ.</p>

3	27227	<p>Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ SEM dispositivo de armazenamento do certificado digital (Token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.</p>	<p>e. Validade: 3 anos a partir da emissão; f. Fornecimento sem mídia, para uso com mídias existentes no órgão demandante do serviço; g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital, desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias; h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência. i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros; j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).</p>
4	27197	<p>Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ COM dispositivo de armazenamento do certificado digital (Token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.</p>	<p>a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE); c. Nível: A3; d. Tipo: e-CNPJ. e. Validade: 3 anos a partir da emissão; f. Fornecimento com mídia (token) que possua as seguintes características mínimas: f.1. Totalmente compatível com o certificado digital a ser fornecido; f.2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICPBrasil e homologado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro; f.3. Possuir carcaça resistente ao derramamento de líquidos e à violação, bem como conexão do tipo USB (Universal Serial Bus), versão 2.0 ou superior; f.4. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para sua leitura; f.5. Suportar os principais navegadores no mercado, entre os quais Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões mais recentes; f.6. Ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; f.7. Ser compatível e possuir documentação técnica, drivers, manuais de uso e de instalação dos certificados digitais nos sistemas operacionais Windows e Linux, em suas recentes versões; f.8. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo; f.9. Permitir geração de chaves protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos;</p>

			<p>f.10. Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de um PUK (Pin Unlock Key);</p> <p>f.11. Possuir software de gerenciamento do dispositivo no idioma Português do Brasil, que permita o gerenciamento das funcionalidades do dispositivo, a visualização de certificados armazenados, entre outros.</p> <p>g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital e de fabricação do dispositivo criptográfico (tokens), desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;</p> <p>h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.</p> <p>i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;</p> <p>j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).</p>
--	--	--	---

4.2. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.2.1. Requisitos de Negócio

4.2.1.1. Os certificados serão utilizados pelos servidores do IFPB e permitirão o acesso destes aos diversos sistemas da Administração Pública Federal, que exigem a certificação digital para determinados perfis (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Receita Federal, Portal de Compras – Comprasnet, Receita Federal), garantindo os princípios de segurança da informação (autenticidade, confidencialidade e integridade) dos atos públicos da Administração.

4.2.1.2. O acesso a tais sistemas é essencial para possibilitar a continuidade de atividades fundamentais para a Instituição.

4.2.2. Requisitos de Capacitação, Ambientais, Culturais e Sociais

4.2.2.1. A Contratada deverá ter capacidade técnica para orientar o titular do certificado digital, durante a validação de documentos do servidor, sobre as melhores práticas de utilização, visando evitar o mau uso do certificado e do respectivo dispositivo de armazenamento;

4.2.2.2. O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

4.2.2.3. A solução deverá prover de manual de operações em língua portuguesa, contendo linguagem clara objetiva, preferencialmente em formato eletrônico;

4.2.2.4. As mensagens e avisos emitidos pela solução deverão ser em língua portuguesa;

4.2.3. Requisitos Legais

4.2.3.1. A certificação digital deverá oferecer as seguintes garantias: autenticidade do emissor e do receptor da transação ou do documento, integridade dos dados contidos na transação ou no documento e confidencialidade entre as partes. Ela é fundamental para que os servidores do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) que possuem perfis que necessitam deste tipo de autenticação acessem os diversos sistemas da Administração Pública Federal (SCDP, SIAPE, SIAFI, Receita Federal e Comprasnet), nos quais ocorrem transações que permitem o funcionamento das atividades institucionais. Portanto, a solução tem de estar em conformidade com as seguintes políticas, modelos e padrões de governo: infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e ICP-Brasil.

4.2.3.2. A presente contratação deverá observar as normas e regulamentos dispostos em tópico específico do presente estudo técnico preliminar;

4.2.4. Requisitos Temporais

4.2.4.1. O(s) certificado(s) deverá(ão) possuir validade mínima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua emissão.

4.2.5. Requisitos de Segurança

4.2.5.1. A solução deverá ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil e estar em conformidade com a Resolução nº 123 do Comitê Gestor de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, de 6 de julho de 2017. Deverá ainda seguir as regras estabelecidas para o nível de segurança do padrão FIPS 140-2.

4.2.6. Requisitos Técnicos

4.2.6.1. Ser emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;

4.2.6.2. Permitir o armazenamento em dispositivo portátil do tipo TOKEN CRIPTOGRAFADO;

4.2.6.3. Conter Nível A3;

4.2.6.4. Ser compatível com os sistemas operacionais Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 10 e Linux;

4.2.6.5. Possuir compatibilidade com os navegadores WEB: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome;

4.2.6.6. Ser protegido por senha;

4.2.6.7. O processo de emissão do certificado nas autoridades de registro deverá estar em conformidade com as orientações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, quanto aos procedimentos e documentos exigida.

4.2.6.8. Deverá ser disponibilizado portal para download de drivers /softwares de forma ilimitada e gratuita.

4.2.7. Requisitos de Manutenção e Garantia

4.2.7.1. O prazo de garantia de correção e atualização do objeto, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, é de 36 (trinta e seis) meses, contado da data de recebimento dos certificados pela CONTRATANTE.

4.2.7.2. A CONTRATADA deverá manter central de atendimento para a abertura de chamados pelo menos no horário das 08h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;

4.2.7.3. O serviço de atendimento (SAC) deverá possibilitar o acionamento via plataforma web, assim como, por telefone.

4.2.8. Requisitos Gerais da Contratação

4.2.8.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto, regularmente na Unidade da Federação em que estiver localizada a sede da CONTRATANTE, e, eventualmente, em qualquer lugar do Brasil;

4.10. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

4.10.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.10.2. Os serviços de certificação digital, segundo as normas da ICP-Brasil, compreendendo a emissão e ou renovação de certificados digitais com e sem o fornecimento da mídia de armazenamento (Token), são caracterizados como de natureza contínua devido à sua necessidade de manutenção ao longo do tempo e à constante evolução das tecnologias e regulamentações. Aqui estão algumas características que justificam essa caracterização:

- i. Renovação periódica: Os certificados digitais têm uma validade limitada, geralmente de um a três anos, após os quais precisam ser renovados. Isso implica em um processo contínuo de renovação para garantir que os certificados permaneçam válidos e utilizáveis.
 - ii. Atualizações tecnológicas: Com o avanço da tecnologia, tanto em termos de criptografia quanto de segurança cibernética, os serviços de certificação digital precisam se manter atualizados para garantir níveis adequados de proteção. Isso pode envolver a atualização de algoritmos criptográficos, implementação de novos protocolos de segurança e adaptação a novas ameaças cibernéticas.
 - iii. Cumprimento de regulamentações: As regulamentações relacionadas à segurança da informação e à privacidade dos dados estão em constante evolução. Os serviços de certificação digital devem acompanhar essas mudanças e garantir o cumprimento das normas e padrões relevantes, como as estabelecidas pela ICP-Brasil.
 - iv. Suporte contínuo: Os usuários dos certificados digitais podem precisar de suporte técnico ao longo do tempo para lidar com problemas como perda de chaves privadas, atualização de software e resolução de problemas de compatibilidade. Portanto, os provedores de serviços de certificação digital devem oferecer suporte contínuo para garantir a eficácia e a utilidade dos certificados.
 - v. Gerenciamento de ciclo de vida: O ciclo de vida dos certificados digitais inclui várias etapas, como emissão, renovação, revogação e arquivamento. O gerenciamento adequado dessas etapas requer processos contínuos para garantir a integridade, autenticidade e disponibilidade dos certificados ao longo do tempo.
- 4.11. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:
- 4.11.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) data de assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.11.2. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 4.12. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:
- 4.12.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos que gozam os diversos setores de atuação desta Autarquia – que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

5.2. Nossa investigação tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

5.3. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.4. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros instrumentos convocatórios, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.5. Logo, a contratação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta envolve a aquisição de mídias criptografadas, além da emissão de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ (A3), para autenticação pessoal e de uso pelos titulares do corpo gerencial institucional.

6.2. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, adjudicatária, a atribuição de fornecer:

--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE
1	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF SEM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27219	Unidade
2	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF COM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27189	Unidade
3	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ SEM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27227	Unidade
4	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ COM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27197	Unidade

6.3. No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

6.4. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foram levantadas, levando-se em consideração o seguinte parâmetro:

- i. O histórico de utilização dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades;
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação de volume de utilização dos serviços;
- iii. Quantidade de usuários em teletrabalho, trabalho remoto ou à distância, além da previsão de ingresso de novos gestores aos cargos de gestão que exigem tal certificação;
- iv. Quantitativos de usuários que fazem uso de certificação digital, para fins de validação de procedimentos operacionais administrativos no âmbito da instituição.

v. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação;

7.2. Diante de todo o exposto, as estimativas de consumo total dos serviços, que melhor se enquadram as peculiaridades de atendimento à atual necessidade deste órgão e de suas respectivas unidades, salientando que as mesmas poderão optar pelo item que mais se amolda a sua realidade operacional, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF SEM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27219	Unidade	163
2	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF COM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27189	Unidade	131
3	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ SEM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27227	Unidade	13
4	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ COM dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 3 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	27197	Unidade	17

7.3. As quantidades estipulados são razoáveis e compatíveis com a realidade, considerando que foram utilizados como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente administrativo e operacional das unidades que compõem a estrutura Multicampi do IFPB.

7.3.1. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) encontrar-se-ão disponibilizadas no Anexo I-A, do Aviso de Dispensa Eletrônica.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 40.765,50

8.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;

8.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 40.765,50 (quarenta mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)**, e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

8.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

8.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores,

mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.3.2. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, os incisos II e III, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

8.3.3. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local, incluindo prazos e local de entrega, frete, garantia exigida e marcas e modelos, quando for o caso.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovam ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de certificação digital, segundo as normas da ICP-Brasil compreendendo a emissão de certificados digitais com ou sem o fornecimento da mídia de armazenamento (token) e renovação de certificados digitais para atender as necessidades do IFPB está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, constantes no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB - PLANEDE 2025 [O plano estratégico do IFPB está consubstanciado no Planejamento Estratégico Decenal – PLANEDE 2025.] consignados nos pontos a seguir:.

P10 - Zelar pela transparência da gestão institucional, garantindo o compartilhamento e velocidade da disseminação da informação e dos processos decisórios do IFPB, por meio do uso intenso da Internet para Empoderamento da Comunidade e Controle Social;

I03 - Racionalizar ou redesenhar os processos existentes ou mesmo introduzir novos processos, visando integrar às dimensões da Sustentabilidade Ambiental à otimização dos recursos internos, de forma a atender objetivos financeiros e aos stakeholders;

I11 - Modelar o Sistema de Gestão Estratégica do IFPB com práticas de organizações de classe mundial e com foco em resultados, visando ao desenvolvimento sustentável e busca de melhores resultados para os stakeholders;

I13 Garantir serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que acrescentem eficiência e qualidade para suportar as políticas institucionais de ensino-pesquisa-extensão-gestão e os processos do IFPB.

11.2. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2024, em conformidade com às disposições do art. 6º, do Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

Segurança na Identificação e Autenticação: Os certificados digitais garantem a identificação confiável das partes envolvidas em transações online, ajudando a evitar fraudes e falsificações.

Validade Jurídica: Os certificados digitais emitidos de acordo com as normas da ICP-Brasil têm validade jurídica, o que significa que as transações assinadas digitalmente têm o mesmo valor legal que as assinaturas físicas em documentos.

Redução de Custos e Tempo: A utilização de certificados digitais pode reduzir significativamente os custos e o tempo associados à assinatura e troca de documentos físicos, eliminando a necessidade de impressão, envio físico e armazenamento em papel.

Conformidade com Regulamentações: A utilização de certificados digitais está alinhada com regulamentações e padrões de segurança estabelecidos, o que pode ajudar a instituição a garantir conformidade com requisitos legais e normativos.

Facilidade de Gerenciamento: Os serviços de certificação digital geralmente incluem ferramentas e recursos para facilitar o gerenciamento dos certificados, como emissão, renovação e revogação, auxiliando a instituição a manter o controle sobre sua infraestrutura de segurança digital.

Integridade e Confidencialidade dos Dados: Os certificados digitais garantem a integridade e a confidencialidade das informações transmitidas eletronicamente, protegendo contra alterações não autorizadas e acesso não autorizado aos dados.

Credibilidade e Confiança: O uso de certificados digitais emitidos por autoridades certificadoras reconhecidas pela ICP-Brasil auxiliam no estabelecimento de credibilidade e confiança nas transações online, tanto para os usuários quanto para as partes envolvidas.

12.2. Ao optar pela contratação de serviços de certificação digital, as instituições podem colher esses benefícios, fortalecendo a segurança e a eficiência de suas operações online e garantindo conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

12.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Visando a correta execução do contrato, a Administração deverá executar minimamente as seguintes ações e ou providências:

13.1.1. Providenciar, após a contratação, a designação de servidores com perfil adequado para fiscalização de cada contrato especificando, claramente, as atribuições e responsabilidades de cada partícipe, de acordo com o estabelecido

pela Lei n.º 14.133/21, realizando, se necessário, um curso de capacitação para deslindar as particularidades da contratação;

13.1.2. Acompanhar rigorosamente as ações previstas na contratação apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado;

13.1.3. Garantir que os recursos orçamentários-financeiros necessários para a execução do objeto estejam disponíveis e adequadamente alocados no orçamento;

13.1.4. Identificar os principais riscos associados à execução do objeto e desenvolver planos de contingência para lidar com eventuais imprevistos;

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se **VIÁVEL** em termos de viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, consoante inciso XIII, Art. 9º, da IN SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

15.2. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 9/2024 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 1 de fevereiro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
ALEX SANDRO DA ROCHA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIO LIMA DE MENEZES**
Data: 20/02/2024 16:30:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLAUDIO LIMA DE MENEZES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação